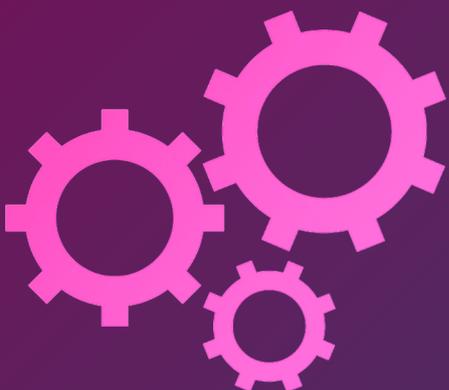


**Marcelo Máximo Purificação  
Éverton Nery Carneiro  
César Costa Vitorino  
(Organizadores)**



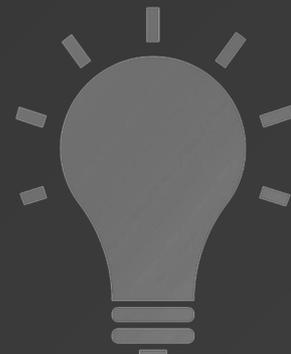
---

# **O Ensino Alicerçado em Fundamentos Teórico- Metodológicos**

---



**Marcelo Máximo Purificação  
Éverton Nery Carneiro  
César Costa Vitorino  
(Organizadores)**



---

# **O Ensino Alicerçado em Fundamentos Teórico- Metodológicos**

---



**Atena**  
Editora

**Ano 2020**

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

#### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### **Linguística, Letras e Artes**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

#### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## O ensino alicerçado em fundamentos teórico-metodológicos

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário:** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Luiza Alves Batista  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadores:** Marcelo Máximo Purificação  
Éverton Nery Carneiro  
César Costa Vitorino

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E59 O ensino alicerçado em fundamentos teórico-metodológicos [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Éverton Nery Carneiro, César Costa Vitorino. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-264-7

DOI 10.22533/at.ed.647101408

1. Aprendizagem. 2. Educação – Pesquisa – Brasil. 3. Ensino – Metodologia. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Carneiro, Éverton Nery. III. Vitorino, César Costa.

CDD 371.3

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

  
Ano 2020

## APRESENTAÇÃO

O livro **O Ensino alicerçado em Fundamentos Teórico-Metodológicos** é resultado do trabalho contínuo de investigação de discentes, docentes e de profissionais de diversas áreas e de diversos contextos, que se integram com a finalidade de dialogar sobre o “Ensino” e arcabouço de artefatos, estratégias e metodologias que o torna dinâmico e perspicaz. Qualificar os processos de ensino e de aprendizagem é sem sombra de dúvidas importante para qualquer contexto, e, os resultados podem colaborar para melhoria do ensino em todos os seus níveis.

Por isso, este livro torna-se um importante elo de comunicação e reflexão social, haja vista, a integração de diálogos que a obra promove, perpassando todos os níveis de ensino e desembocando, no conhecimento científico e tecnológico. O livro, apresenta 21 textos (Capítulos) por onde, os diálogos dos discentes e docentes, e, de outros, problematizam, redimensionam, pontuam caminhos e novas conjecturas de edificação do ensino, apresentando os fundamentos e os caminhos teóricos-metodológicos percorridos.

Entre as palavras-chave que sustentam e direcionam as discussões, estão: o ensino, pesquisa e extensão – sabemos, que a indissociabilidade entre essas três palavras, representa princípios basilares, para os processos pedagógicos nas Universidades. Portanto, vocês, discentes, docentes, pesquisadores em geral, curiosos - sobre a arte de aprender e ensinar (...), recebam com carinho esta obra.

Marcelo Máximo Purificação  
Éverton Nery Carneiro  
César Costa Vitorino

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO FORMA DE PROPORCIONAR A INCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL	
Francis Jessé Centenaro Josemar Alves Muryel Pyetro Vidmar Dioni Paulo Pastorio	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6471014081</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>9</b>
DIÁLOGOS ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA EM <i>VINTE E ZINCO</i> DE MIA COUTO	
Suelany Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6471014082</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA: O ELO INICIAL ENTRE O PROCESSO DE ENSINO E A APRENDIZAGEM	
Juliana Azi Martins Achá	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6471014083</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>35</b>
CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS DO GUABIJÚ ( <i>MYRCIANTHESPUNGENS</i> )	
Thalita Cristine Almeida Camila Nunes Dorneles Mateus Brum Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6471014084</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>40</b>
DIFERENTES HORÁRIOS DE COLHEITA SANGUÍNEA E O ESTRESSE TÉRMICO ALTERAM A CONTAGEM DE ERITRÓCITOS E A HEMATIMETRIA DE GALINHAS POEDEIRAS	
João Rogério Centenaro Larissa Grunitzky Bárbara Abreu Natasha Rocha da Silva Paulo Henrique Braz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6471014085</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>45</b>
BRINCANDO DE DETETIVE: ESTRATÉGIA PARA ADERÊNCIA PSICOTERAPÊUTICA DE CRIANÇA COM TRANSTORNO DE ANSIEDADE GENERALIZADA E DERMATITE ATÓPICA	
Angélica Yolanda Bueno Bejarano Vale de Medeiros Natalia Pinho de Oliveira Ribeiro Eliane Ramos Pereira Rose Mary Costa Rosa Andrade Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6471014086</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>58</b>
EDUCAÇÃO PÚBLICA E A REPRODUÇÃO DO CREDENCIALISMO: O CASO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Walter José Moreira Dias Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6471014087</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>69</b>
FUNCIONALIDADE DA DIDÁTICA NA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DA APLICAÇÃO	
Adelcio Machado dos Santos Manoel Leandro Fávero	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6471014088</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>80</b>
ESTUDOS COMPARADOS DE RELIGIÃO – A VISÃO DE ALDO NATALE TERRIN	
Adelcio Machado dos Santos Manoel Leandro Fávero	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6471014089</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>91</b>
NECESIDADES PEDAGÓGICAS PARA LA ENSEÑANZA EN ENTORNOS VIRTUALES DE APRENDIZAJE	
Maira Rejane Oliveira Pereira Jorge Alberto Alárcon Leiva Ilka Márcia Ribeiro de Souza Serra Eliza Flora Muniz Araujo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64710140810</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>100</b>
O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA ERA DIGITAL: PONTO DE VISTA DOS ESTUDOS CULTURAIS	
Marcio Favero Fiorin Bruno Henrique Fiorin	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64710140811</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>109</b>
PROCESSO DE ENSINO NO DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES INTERPROFISSIONAIS EM ESTUDANTES DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE: REVISÃO INTEGRATIVA	
Jonatan Schmeider Patricia Maria Forte Rauli Fernanda Eloy Schmeider	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64710140812</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>126</b>
PRÁTICAS AMBIENTAIS EDUCATIVAS: UMA PERSPECTIVA AUSUBELIANA PARA PROFESSORES E ALUNOS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Patrícia Amaral da Silva Cassia Regina Rosa Venâncio Penn Lee Menezes Rodrigues Tânia Roberta Costa de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64710140813</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>137</b>
SPRACHMISCHUNG E SEUS EFEITOS NAS PRÁTICAS SOCIAIS	
Vejane Gaelzer Luiza Helena Bisognin Ciervo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64710140814</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>144</b>
REFORÇO EM MATEMÁTICA: UMA PRÁTICA PARA A “REINSERÇÃO” ESCOLAR	
Ana Beatriz Lucho	

Éverton Martins Siqueira  
Luciano de Oliveira  
DOI 10.22533/at.ed.64710140815

**CAPÍTULO 16 ..... 150**

RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: MOTIVAÇÕES DE LICENCIANDOS EM QUÍMICA PARA INGRESSAR NO PROGRAMA E OBJETIVOS ADQUIRIDOS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

Márcia Camilo Figueiredo  
Andressa Algayer da Silva Moretti  
Marcio Pereira Junior  
Alex Brandon Caniceiro  
Ananda Santana Gallo  
Franciele Silva de Oliveira  
Lucas Henrique Viola

DOI 10.22533/at.ed.64710140816

**CAPÍTULO 17 ..... 163**

UTILIZANDO OS TRÊS MOMENTOS PEDAGÓGICOS PARA TRABALHAR COM TEMA CONCEITUAL: DROGAS, E SE EU USAR?

Leonardo Santos Souza  
Paulo Henrique dos Santos Sartori

DOI 10.22533/at.ed.64710140817

**CAPÍTULO 18 ..... 170**

VIVÊNCIA A INICIAÇÃO À DOCÊNCIA PELA MONITORIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Letícia Ramalho Paes  
Arthur Nicolas de Souza Bispo  
Ingrid Nazaré Araújo de Oliveira Santos  
Henrique de Vicq Normande Neto  
Marcus Vinícius Silva Weigel-Gomes  
Kaio Coura Melo Pacheco  
Maria Rakel de Cerqueira Santos  
Gabrielle Cabral Melville de Souza Tenório  
Mary Selma de Oliveira Ramalho  
Eliane Aparecida Campesatto

DOI 10.22533/at.ed.64710140818

**CAPÍTULO 19 ..... 178**

O DESENVOLVIMENTO DA PEDAGOGIA DE PROJETOS COMO FERRAMENTA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM IMPERATRIZ-MA

Ilana de Jesus Barbosa Maciel  
Cleres Carvalho do Nascimento Silva

DOI 10.22533/at.ed.64710140819

**CAPÍTULO 20 ..... 193**

A *Grounded Theory* PELA ÓTICA METAFÓRICA DA LENDA INGLESA SOBRE JOÃOZINHO E SEU PÉ DE FEIJÃO

Marise Miglioli Lorusso

DOI 10.22533/at.ed.64710140820

**CAPÍTULO 21 ..... 206**

ROBÓTICA EDUCACIONAL E PROGRAMAÇÃO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO SOB O VIÉS CTSA (CIÊNCIA, TECNOLOGIA, SOCIEDADE E AMBIENTE) E ASC (APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA CRÍTICA)

Cristiane Hammel

Sandro Aparecido dos Santos

Ricardo Yoshimitsu Miyahara

DOI 10.22533/at.ed.64710140821

**SOBRE OS ORGANIZADORES..... 219**

**ÍNDICE REMISSIVO ..... 221**

## EDUCAÇÃO PÚBLICA E A REPRODUÇÃO DO CREDENCIALISMO: O CASO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Data de aceite: 01/08/2020

**Walter José Moreira Dias Junior**  
Secretaria de Educação de Maricá - RJ  
Niterói – Rio de Janeiro

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é refletir sobre como as escolas podem atuar na reprodução das desigualdades sociais. Através do reforço de determinados valores e mecanismos a educação pode agir na manutenção de perspectivas desiguais, principalmente quando se estabelecem na educação pública.

Neste trabalho o foco será a análise do credencialismo e a exploração de influências deste fator na educação básica. Como muitas escolas estimulam e enfatizam a credencial a ser obtida e não a construção do conhecimento. O processo de formação também é prejudicado, tanto quando se refere aos estudantes quanto aos professores.

O caso analisado, que servirá de base para a reflexão proposta, será a educação pública do Estado do Rio de Janeiro. Relevante objeto inicial para o estudo pois este sistema educacional conta com centenas de milhares

estudantes matriculados.

A partir de portarias da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC) e de informações publicadas no Diário Oficial, pretende-se analisar como normas para as avaliações, regras para concursos e contratações de docentes, parâmetros para formação continuada e de atuação de professores em sala auxiliam no reforço e reprodução do credencialismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; Credencialismo; Desigualdade Social.

### PUBLIC EDUCATION AND THE REPRODUCTION OF CREDENTIALISM: THE CASE OF THE STATE OF RIO DE JANEIRO

**ABSTRACT:** The objective of this work is to reflect on how schools can act in the reproduction of social inequalities. Through the reinforcement of certain values and mechanisms, education can act in maintaining unequal perspectives, especially when they are established in public education.

In this work, the focus will be the analysis of credentialism and the exploration of influences of this factor in basic education. As many schools encourage and emphasize the credential to be obtained and not the construction of knowledge.

The training process is also hampered, both when referring to students and teachers. The analyzed case, which will serve as a basis for the proposed reflection, will be the public education of the State of Rio de Janeiro. Relevant initial object for the study as this educational system has hundreds of thousands of students enrolled. Based on ordinances of the State Secretariat of Education of Rio de Janeiro (SEEDUC) and information published in the Official Gazette, it is intended to analyze as standards for assessments, rules for competitions and hiring of teachers, parameters for continuing education and performance classroom teachers help to reinforce and reproduce credentialism.

**KEYWORDS:** Education; Credentialism; Social Inequality

## 1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho visa refletir a atuação do credencialismo na educação pública oferecida no Estado do Rio de Janeiro, sendo necessário compreender a participação das escolas na produção e reprodução das desigualdades sociais. Já que a “instituição escolar, e não apenas as condições socioeconômicas das famílias, deve ser tomada como fator crucial na determinação dos destinos sociais e escolares dos estudantes” (BARBOSA, 2011, p.17)

Para além da escola, em seus rituais burocráticos internos, também deve-se atentar sua função nos discursos sociais. Nas sociedades modernas as instituições escolares cresceram de importância e passaram a ser responsáveis por outras dimensões da vida social, como Simon Schwartzman indica que:

a educação não visa apenas prover as pessoas de habilidade e competências, desenvolvendo o capital humano, mas também diz respeito à seleção e ao filtro de pessoas para posições de poder, prestígio, renda e influência. Se o número de lugares disponíveis é limitado, e a educação é o critério pelo qual as pessoas são selecionadas para ocupa-los, o nível de conhecimentos requeridos para a seleção se elevará para a competição, independente das habilidades técnicas e profissionais requeridas para as atividades. Nessa situação, a educação se torna um 'bem de posição'. (SCHWARTZMAN, 2004, p.153)

Assim, vemos como a educação tem um caráter importante quanto a definição das trajetórias dos indivíduos. Porém, não se pode crer que esta seleção por via educacional seja sinônimo de igualdade de condições. A crença na escolha pelo mérito educacional não se deu por acaso.

John Goldthorpe (1997) mostra como, nas sociedades modernas, a partir do processo de escolha pela ideia mérito criam-se mecanismos para consolidar a hierarquização social. Assim, desprestigia-se características de origem social, para valorizar, podemos deduzir, ações de esforço, escolaridade e qualificação. Porém, o problema de se pautar pelo mérito é que cada sociedade define o que será valorizado como mérito, e as classes hegemônicas definem o que lhes favorece através de disputas para tornar dominante a sua visão de mundo e os recursos sociais que produzem.

Esse caminho, nas sociedades modernas, que auxilia a legitimar a desigualdade social, com discurso embasado em uma ideia de meritocracia, é a crença nos sistemas de ensino como trajeto para a ascensão social. Porém, a qualidade do ensino oferecido é diversa nas redes pública e privada, e quando se tem o foco na obtenção do diploma e não na real construção do conhecimento e sua conseqüente aplicabilidade na vida cotidiana, ajuda-se a manter as disparidades sociais. Desta maneira, fortalece-se os interesses dominantes já que é demonstrado que a:

função social da escola tem sido, predominantemente, enfraquecer as perspectivas ético-políticas que afirmam a responsabilidade social e coletiva e a solidariedade e reforçar o ideário de uma ética individualista, privatista e consumista. O objetivo é produzir um cidadão mínimo, consumidor passivo que se sujeita a uma cidadania e uma democracia mínimas, formais. (FRIGOTTO, 2005, p.234)

Neste cenário, como Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2014) demonstraram, as famílias de maior prestígio social fazem com que seus filhos levem vantagem neste sistema. Por possuírem “capital cultural” constroem condições para manutenção de um modelo de estratificação social e fechamentos profissionais.

Assim, para trabalharmos com a ideia de credencialismo, recorrendo à Maria Ligia Barbosa, podemos defini-lo como:

a valorização das credenciais, principalmente escolares, ou seja, os diplomas, como elementos básicos da construção das desigualdades sociais. (...) Fica claro que os diplomas e certificados escolares não seriam valorizados pelo seu conteúdo ou pelos conhecimentos que eles deveriam reconhecer. Os diplomas teriam um valor social, mas nenhum conteúdo técnico ou científico. (BARBOSA, 2014, p.55).

Mesmo a autora focando suas análises sobre a universidade brasileira, a iniciativa deste trabalho é demonstrar a aplicabilidade desta visão também ao ensino básico, tendo como objeto a rede estadual de ensino do Rio de Janeiro.

Desta maneira, torna-se fundamental a compreensão de seus aspectos para problematizarmos a estrutura do sistema educacional. Não se tratando de questionar as todas as provas e notas distribuídas nas instituições escolares, pois estas são um meio de avaliação do desenvolvimento do aprendizado dos estudantes e do trabalho dos professores. Porém, o rito de provas pode vir a descaracterizar a real função deste processo:

O caráter deformador do credencialismo está no uso deste processo não propriamente para o acompanhamento e avaliação do desempenho discente, mas para cumprir uma trajetória burocrática que atenda a finalidades externas e até mesmo antagônicas a um verdadeiro projeto educativo. (MARTINS, 1990, p.4)

Em virtude disto, o credencialismo estimula a ideia da maior valorização da credencial em detrimento do conhecimento prático, deixando-se de lado este fator, para buscar incessantemente o diploma. Crê-se que esta credencial já seria o bastante para usufruir de postos de emprego, legitimando uma hierarquia baseada na meritocracia. Assim, conteúdos e reflexões que poderiam ser o foco dos estudos passam a ser secundarizadas

em troca de conquistar aprovações nas disciplinas escolares.

Como Geraldo Martins define:

Quando a obtenção de um diploma assume maior importância do que a aquisição de conhecimentos, é óbvio que a exigência de qualidade fica em plano secundário ou, até mesmo, passa a ser rejeitada por representar um obstáculo ao objetivo principal. (MARTINS, 1990, p.11)

François Dubet (2015) relata como a influência e valor social, que os diplomas possuem sobre o acesso ao emprego e sobre o nível salarial, são capazes de aumentar as desigualdades educacionais e a sua reprodução. Pois, quando se massifica a oferta destes diplomas a sua ausência se torna um estigma, e possuí-lo não é mais garantia de acesso aos maiores postos de prestígio, já que “as formações mais seletivas têm uma espécie de monopólio sobre o acesso às profissões e às diversas elites” (ibid, n/p).

Ou seja, para conseguir os cargos menos prestigiados das sociedades modernas se exige diplomas que antes não eram necessários, e cria-se a ilusão da ascensão social ao concluir estes estudos, porém somente os diplomas com maior status permanecerão ocupando as principais funções sociais.

Convém ressaltar que a trajetória escolar para se alcançar as funções de menos prestígio e as com piores remunerações é estigmatizada como penosa e desnecessária, fortalecendo ainda mais o apreço ao diploma que o credenciará em detrimento dos conhecimentos que não lhes serão úteis no mercado de trabalho.

Em razão do exposto, será examinado o fenômeno do credencialismo nas escolas estaduais do Rio de Janeiro, e seu papel indireto na manutenção das desigualdades sociais. A análise se dividirá em dois grupos: primeiro no que afeta os estudantes, e em seguida na influência para os professores.

## 2 | CREDENCIALISMO PARA OS ESTUDANTES

Existem algumas determinações da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro que estimulam e criam condições para dar mais importância às credenciais do que a formação escolar propriamente dita e ao conhecimento a ser construído durante o percurso nos colégios pelos mais 700 mil estudantes atualmente na rede estadual (G1, 2019).

A rede estadual composta majoritariamente pelos anos finais do Ensino Fundamental – em vias de ser completamente absorvido pelas redes municipais – e pelo Ensino Médio.

Nestes segmentos o ensino é marcado por uma diversidade de educadores, um por disciplina. Este fator é importante quando analisamos a Portaria SEEDUC/SUGEN Nº 419/2013, em seu artigo 4º, no quarto parágrafo: “Nas avaliações bimestrais deverão ser utilizados, no mínimo, 03 (três) instrumentos avaliativos diversificados com valores definidos pelo Professor para composição da nota bimestral do discente.”

Ou seja, pela indicação da SEEDUC em vigor, cada disciplina deve realizar três instrumentos avaliativos, e pela Resolução SEEDUC nº 5440 de 10 de maio de 2016, um estudante do 3º ano do Ensino Médio em 2020 possui doze disciplinas obrigatórias (História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Matemática, Português, Arte, Educação Física, Língua Estrangeira, Física, Química e Biologia). Ou seja, inicialmente já seriam trinta e seis avaliações por bimestre.

Porém, os artigos 12 e 14 da Portaria SEEDUC/SUGEN Nº 419/2013 estipulam a realização de recuperação de estudos paralelamente às atividades do bimestre letivo, chegando a indicar um novo instrumento avaliativo para cada instrumento já aplicado. Assim, cumprindo-se as determinações cada estudante do 3º ano realizaria setenta e duas avaliações a cada dois meses na rede estadual, pois as recuperações não são exclusivas para aqueles que não atingiram a média mínima de aprovação.

Todas estas avaliações são resumidas em números para se traduzirem em aprovações ou reprovações e ser possível verificar o andamento do processo de ensino-aprendizagem. Deste modo, podemos começar a refletir porque o artifício da “cola” é tão comum nas escolas pois o que importa neste sistema abarrotado de avaliações, em que elas são o “prato principal” das aulas, é a aprovação e a conquista de finalizar o ano letivo, e não o aprendizado e o conhecimento construído. Ou na metáfora mais reveladora: “passar de ano”. Não se aprende, não se reflete, não se constrói nada durante o ano. Somente se “passa”. Tanto pelo ano letivo, quanto pelas disciplinas.

Assim, os estudantes já são levados a desejar a média de 5,0 nas avaliações para fechar o ciclo de estudos com aprovação. Até atingir o final do ano letivo, somar os 20,0 pontos almejados e ficar mais próximo da credencial esperada.

Entretanto, ainda ocorre o cenário do estudante não conseguir a aprovação em até duas disciplinas. Neste caso será realizado a progressão parcial, fazendo o educando migrar para o próximo segmento letivo, e no seguinte, ao mesmo tempo ficará de “dependência” das quais não atingiu a média mínima para aprovação.

Esta situação deixa bem evidente como o credencialismo é incentivado pela Secretaria de Educação. O primeiro parágrafo do art. 17 da Portaria 419/2013 aponta:

Cada bimestre consiste num todo avaliativo, uma vez que as notas obtidas em cada um deles devem ser consideradas de modo isolado e, caso o discente não tenha obtido o rendimento necessário à sua aprovação, deverá ser iniciado um novo ciclo pedagógico bimestral. (SEEDUC, 2013d, p.6)

Ou seja, em todo o ano letivo em que o estudante não demonstrou ter conduzido o seu aprendizado da melhor maneira em determinada disciplina – ou não ter se adaptado ao modelo avaliativo do educador ou escola ou SEEDUC -, terá um bimestre, no ano seguinte, para substituir esta reprovação com uma nova chance. Caso não consiga, terá novas chances a cada bimestre.

O mais interessante neste caso é a indicação presente no Manual de orientações para

operacionalização da Portaria SEEDUC/SUGEN N° 419/2013, produzido e disponibilizado pela própria Secretaria de Educação, sobre como conduzir este processo de dependência com os estudantes:

Considerando as dificuldades de compatibilizar horários para que o aluno frequente aulas na disciplina em dependência, e por isso mesmo não há exigência de frequência, o Plano Especial de Estudos deve ser organizado com atividades que permitam sua realização fora do ambiente escolar, e com agenda para entrega de atividades e/ou avaliação. (ibid, p.22)

Assim, a dependência de uma disciplina reprovada no ano letivo anterior é realizada no espaço de um bimestre com atividades em casa. Sem novas aulas, sem novas oportunidades de aprendizado que não foram bem sucedidas no ano anterior. Portanto, forjando um cenário em que a credencial da aprovação é a finalidade da educação, com ou sem aprendizado, com ou sem reflexão crítica.

### 3 | CREDENCIALISMO PARA OS PROFESSORES

Em relação aos professores que atuam na rede estadual, o credencialismo promovido pela Secretaria de Estado de Educação começa antes mesmo do ingresso destes em sala de aula.

Os sete<sup>1</sup> últimos concursos públicos, realizados a partir de 2007, abertos pelo Governo do Estado através da SEEDUC, para provimento de cargo efetivo de professor, estipulam a prova de conhecimento sendo composta por somente cinquenta questões de múltipla escolha. Nenhuma questão discursiva, nenhuma redação e nenhuma prova didática. Completamente diferente dos concursos da rede federal de ensino, tanto de nível básico quanto superior, ou mesmo concursos de Prefeituras, como a de Maricá (RJ)<sup>2</sup> em 2018, que exigiu uma prova dissertativa, além da prova objetiva.

O único outro instrumento de avaliação dos candidatos disponibilizado pelos editais destes concursos públicos além das questões de múltipla escolha é a prova de títulos, que consiste em “pontos extra” não-obrigatórios aos que tiverem títulos como Especialização, Mestrado e Doutorado, e como também pontos para os que já atuam ministrando aulas, sendo pontos por experiência profissional.

Como demonstrado no quadro abaixo:

---

1. Concursos de 2007, 2008, 2009, dois em 2011, 2013 e 2014. Desde então não houve novos concursos públicos para a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. Em 2016 houve uma seleção para contratos temporários.

2. Disponível em: <http://www.coseac.uff.br/concursos/marica/2018/> (Acesso em 20/04/2020)

Cargo	Título	Valor Unitário (em pontos)		Valor máximo em pontos	Comprovantes
		Na área a que concorre	Em outras áreas		
Professor Docente I – 16 horas e Professor Docente I – 30 horas	Doutorado	3	1,5	3	Diploma ou Certidão
	Mestrado	2	1	2	Diploma ou Certidão
	Especialização (carga horária mínima de 360 horas), desde que não represente a qualificação mínima para o cargo	1,5	0,5	3	Certificado ou Certidão
	Experiência Profissional comprovada na função específica do cargo	0,5 ponto por cada 12 meses completos de exercício	-----	3	Ver subitens 9.10 a 9.13
	<b>Máximo de Pontos</b>			<b>11</b>	

#### DOS CRITÉRIOS PARA PONTUAÇÃO DE TÍTULOS

(Edital 2013 – artigo 9.16 – Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 13 de março de 2013, p. 55)

Além da questão da superficialidade de somente uma prova de múltipla escolha para se selecionar docentes, um problema que se averigua é que destes sete últimos concursos, somente dois deles estabelecem pontuação para a experiência profissional (conforme no exemplo acima). Na maioria destes concursos a Prova de Títulos é composta somente por entrega de comprovantes de cursos de pós-graduação.

Ou seja, a SEEDUC tem por tradição premiar mais os detentores de diplomas de pós-graduação em relação àqueles que possuem experiência prévia em sala de aula. Assim, em uma situação hipotética, no último concurso, caso um candidato que nunca tenha entrado em uma sala de aula como professor, mas possua mestrado e doutorado, ganha sete a mais para somar à sua prova. Caso tenha mais duas especializações (lato sensu) a pontuação pode chegar a dez pontos extras. Ao mesmo tempo, um outro candidato, já tendo lecionado por alguns anos, não ganharia nenhum ponto além. Ou mesmo no caso de a experiência profissional ser pontuada, a diferença é muito discrepante para os pontos oriundos dos diplomas. Podemos ver assim como a certificação tem mais valor do que a experiência prática.

Mesmo assim, esses concursos são minoritários, a maioria, como demonstrado na tabela abaixo do último concurso, não pontuam a experiência profissional.

Título	Valor Unitário (em pontos)	Valor Máximo (em pontos)	Comprovante
Doutorado na área da Educação, reconhecido pelo MEC.	4	4	Diploma ou Certidão
Mestrado na área da Educação, reconhecido pelo MEC.	3	3	Diploma ou Certidão
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> na área da Educação, reconhecido pelo MEC.	1,5	3	Certificado ou Certidão
Certificação em Libras: Tradutor e Interprete	2	2	Certificado ou Certidão
<b>Pontuação Máxima</b>		<b>12 (doze) pontos</b>	

### DOS CRITÉRIOS PARA PONTUAÇÃO DE TÍTULOS

(Edital 2014 – artigo 6.2.12 – Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2014, p. 53)

Em todos esses concursos, e nem nos processos seletivos para contrato temporário de docentes (onde não há provas, nem de conteúdo e nem didática) não estão previstas cursos de formação após a chamada dos aprovados.

Único curso obrigatório para atuação em sala de aula que a SEEDUC oferece, em parceria com a CECIERJ (Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro), é para atuação na Nova Educação de Jovens e Adultos. Fora dos currículos tradicionais de Licenciatura, esta modalidade parece ter uma atenção especial da Secretaria de Educação, e todos que ministrarem aulas deveriam realizar um curso, com atividades presenciais em alguns sábados, e debates em fóruns online, com outros docentes, mediados por um tutor. Esta medida acontece pelo modelo de ensino ser composto de quatro módulos, em que as únicas disciplinas sempre presentes em todos os módulos são Português e Matemática. Assim, é preciso maior atenção quanto à divisão do conteúdo programático e com a metodologia para se trabalhar com jovens e adultos, em geral trabalhadores, para que o Ensino Médio possa ser concluído em dois anos com qualidade.

Porém, esta obrigatoriedade não tem meios de ser fiscalizada. Para todas as turmas da SEEDUC o critério de alocação de professores se baseia na Portaria Conjunta SUGEN/SUBGP nº 007 (2013), em que os docentes mais antigos na escola têm prioridade de escolha das turmas, inclusive nas do projeto do NEJA, conforme artigo 7º, independentemente de ter realizado o curso ou não.

Ainda pode ser fato para reflexão o caso, que em meio aos discursos do poder público sobre a crise econômica, este curso de formação e todos os demais de formação continuada oferecidos pela CECIERJ para professores da rede estadual estão suspensos, sendo o primeiro semestre de 2015 a última vez que foram oferecidos, provavelmente por estes cursos contarem com uma bolsa-auxílio financeira para os professores cursistas,

tendo sido cortados sem grande alarde pelos gestores públicos. Posteriormente até mesmo o pagamento dos professores-tutores destes e de outros cursos à distância, até gratuitos para estudantes, sofreu atrasos<sup>3</sup>.

#### 4 | CONCLUSÃO

Portanto, podemos constatar a importância dada às credenciais diante da análise da quantidade das avaliações bimestrais das disciplinas; o regime de dependência para as disciplinas em que não se conquistou aprovação; as regras para concursos públicos, sendo na maioria das vezes sem garantir pontuação extra para experiência prática anterior; e normas para contratação de professores temporários sem concurso e sem curso de formação; e a “obrigatoriedade” (sem fiscalização) de um curso de formação para atuação na Nova Educação de Jovens e Adultos que está há mais de cinco anos sem novas turmas.

Por todo o exposto, podemos identificar diversos aspectos que ajudam reproduzir uma lógica credencialista na Secretaria de Estado de Educação, sendo ainda mais relevante análise por atualmente contar com mais de sessenta mil servidores ativos e setecentos mil estudantes regularmente matriculados.

Ainda mais por ser uma rede de ensino gratuita, faz com que, somado à outros fatores não explorados neste trabalho (como tempo efetivo de ensino, participação das famílias no aprendizado dos estudantes e papel do Projeto Político-Pedagógico) fazem com que as possibilidades de diminuição das desigualdades sociais sejam mais difíceis, como Maria Ligia Barbosa indica:

A entrada de alunos oriundos de grupos sociais mais pobres ou de grupos étnicos anteriormente excluídos das escolas acaba por não produzir maior igualdade de oportunidades: as crianças vão à escola, mas essa passagem não abre reais possibilidades de participação social, não abre real acesso à cidadania” (BARBOSA, 2011, p.23)

Poderíamos ainda refletir sobre a desigualdade no currículo mínimo entre a rede pública e o que normalmente se constata nas redes particulares de ensino. Enquanto na rede estadual o conteúdo programático é dividido igualmente pelos três segmentos do Ensino Médio, nas redes particulares de ensino é comum no último ano do Ensino ocorrer a revisão de todo conteúdo, em razão dos vestibulares.

Para ilustrar esta discrepância, pode-se analisar o currículo de História, pois utiliza a noção cronológica, sendo mais fácil visualização. No primeiro ano do Ensino Médio na rede estadual do Rio de Janeiro os estudantes aprendem da História Antiga até América Colonial. No segundo ano aprendem do Iluminismo até a Independência das Américas. No terceiro ano aprendem o que ocorreu nos séculos XX e XXI. Porém o cobrado no

3. Carta aberta de bolsistas do CECIERJ denuncia atraso do governo do estado no pagamento de bolsas. Disponível em: [http://seperj.org.br/ver\\_noticia.php?cod\\_noticia=6535](http://seperj.org.br/ver_noticia.php?cod_noticia=6535)

vestibular é que se viu desde o primeiro ano, não ocorrendo nenhuma revisão destes conteúdos<sup>4</sup>.

Assim, a credencial da rede estadual já coloca seus estudantes em desvantagem aos da rede particular quando o foco é o vestibular. Somado à ainda existente grande diferenciação ao tratamento e incentivo à formação dos tecnólogos cria-se um cenário de manutenção das desigualdades sociais. Pois: “nesse modelo típico ideal de sociedade credencialista não haveria uma ligação razoável entre o que a escola ensina e aquilo que se faz no trabalho.” (BARBOSA, 2014, p.55)

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Ligia. **Desigualdade e desempenho: uma introdução à sociologia da escola brasileira**. Belo Horizonte/MG: Fino Traço, 2011.

\_\_\_\_\_. O ensino superior no Brasil: credencial, mérito e os coroneis. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Ensino Superior: expansão e democratização**. Rio de Janeiro: 7Letras, p.51-69, 2014.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

DUBET, François, “Qual democratização do ensino superior?” In: **Caderno CRH**, Salvador, v.28, n.74, Maio-Agosto, 2015, p.255-265.

FRIGOTTO, Gaudêncio. “Escola pública brasileira na atualidade: lições da História”. In: LOMBARDI, José; SAVIANI, Dermeval & NASCIMENTO, Maria (orgs.) **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005.

G1. “Alunos da rede estadual de ensino do Rio reclamam da falta de vagas e do sistema de matrículas do governo”. In: **G1.com**, 14 de fevereiro de 2019.

GOLDTHORPE, John: “Problems of Meritocracy” in: HALSEY, A.; LAUDER, H; BROWN, P & WELLS, S. **Education: Culture, Economy and Society**. Oxford: Oxford University Press, 1997, p.663-681.

HASENBALG, Carlos. “A transição da escola ao mercado de trabalho”. In: \_\_\_\_\_ & SILVA, Nelson do Valle (org.). **Origens e Destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro/RJ: Topbooks, 2003, p.147-172.

MARTINS, Geraldo. Credencialismo, Corporativismo e Avaliação da Universidade. In: **Documento de Trabalho NUPES 6/90. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo**, 1990.

PRATES, Antonio & BARBOSA, Maria Ligia. “A expansão e as possibilidades de democratização do Ensino Superior no Brasil”. In: **Caderno CRH**, Salvador, v.28, n. 74, maio-agosto, 2015, p.327-339.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 6901 de 02 de outubro de 2014. In: **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, 02 de outubro de 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas, SP; Autores Associados, 2012.

SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo**. São Paulo: Augurium Editora, 2004.

4. Currículo Mínimo da SEEDUC. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=759820>> Acesso em: 16/02/2019.

SILVA, Nelson do Valle. “Expansão escolar e estratificação educacional no Brasil”. In: HASENBALG, Carlos & SILVA, Nelson do Valle (org.). **Origens e Destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro/RJ: Topbooks, 2003, 105-146.

SEEDUC – Secretaria de Estado de Educação. Edital Concurso Público 2007. Dispõe sobre o concurso público para provimento de cargo efetivo de Professor Docente I. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, 05 de novembro de 2007. [2007]

\_\_\_\_\_. Edital Concurso Público 2008. Dispõe sobre o concurso público para formação de cadastro de reserva para provimento do cargo efetivo de Professor Docente I. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, 10 de outubro de 2008. [2008]

\_\_\_\_\_. Edital Concurso Público 2009. Dispõe sobre o concurso público para provimento inicial conforme disponibilidade em anexo, de cargos efetivos de Professor Docente I da educação básica do quadro permanente do magistério da Secretaria de Estado de Educação. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, 01 de dezembro de 2009. [2009]

\_\_\_\_\_. **Edital Concurso Público 2011**. Dispõe sobre o concurso público para provimento de vagas de cargos efetivos de Professor Docente I com carga horária semanal de dezesseis horas e de Professor Docente I com carga horária semanal de trinta horas, do quadro permanente do Magistério da Secretaria de Estado de educação. [2011a]

\_\_\_\_\_. **Edital Concurso Público 2011**. Dispõe sobre o concurso público para provimento inicial imediato, de cargos efetivos de Professor Docente I da Educação básica do quadro permanente do magistério da Secretaria de Estado de Educação. 2011. [2011b]

\_\_\_\_\_. Edital Concurso Público 2013. Dispõe sobre o concurso público para preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva visando ao provimento de cargos efetivos de Professor Docente I com carga horária semana de dezesseis horas e de professor Docente I com carga horária semanal de trinta horas, do quadro permanente do magistério da Secretaria de Estado de Educação. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, 13 de março de 2013. [2013a]

\_\_\_\_\_. **Portaria SEEDUC/SUGEN Nº 419/2013**. [2013b]

\_\_\_\_\_. **Portaria Conjunta SUGEN/SUBGP nº 007**, publicada no Diário Oficial de 29/11/2013. [2013c]

\_\_\_\_\_. **Manual de orientações para operacionalização da Portaria SEEDUC/SUGEN Nº 419/2013**. [2013d].

\_\_\_\_\_. Edital Concurso Público 2014. Dispõe sobre o concurso público para preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva visando ao provimento de cargos efetivos de Professor Docente I com carga horária semanal de dezesseis horas e de Professor Docente I com carga horária semanal de trinta horas, do quadro permanente do Magistério da Secretaria de Estado de Educação. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, 18 de dezembro de 2014. [2014]

\_\_\_\_\_. Edital Contrato Temporário 2016. Dispõe sobre o processo seletivo simplificado com vista a contratação por determinado de professores para atuação nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, ensino médio e educação profissional de nível médio para o ano letivo de 2016 e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, 14 de março de 2016. [2016a]

\_\_\_\_\_. **Resolução SEEDUC nº 5440**. 10 de maio de 2016. [2016b]

\_\_\_\_\_. **Currículo Mínimo**. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=759820>> Acesso em: 16/02/2019. [2019]

\_\_\_\_\_. Manual de Orientações – Nova Educação de Jovens e Adultos. **Fundação CECIERJ – Consórcio CEDERJ**. [s/d].

SEPE – Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação. **Carta aberta de bolsistas do CECIERJ denuncia atraso do governo do estado no pagamento de bolsas**. Disponível em: <[http://seperj.org.br/ver\\_noticia.php?cod\\_noticia=6535](http://seperj.org.br/ver_noticia.php?cod_noticia=6535)> Acesso em 15/02/2019.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Aderência Terapêutica 45, 52

Aprendizagem 25, 34, 113, 114, 116, 126, 129, 131, 135, 136, 149, 178, 208, 214, 218

Aprendizagem Significativa 12, 8, 30, 126, 128, 129, 130, 131, 134, 135, 136, 178, 192, 206, 208, 210, 211, 214, 217, 218

Avaliação 7, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 40, 42, 46, 49, 51, 56, 57, 60, 63, 67, 69, 71, 72, 75, 77, 78, 79, 99, 116, 117, 119, 122, 123, 134, 154, 159, 163, 167, 169, 173, 175, 179, 188, 190, 191, 197, 210, 212

Avicultura 40

### C

Credencialismo 58, 59, 60, 61, 62, 63, 67

### D

Didática 26, 34, 63, 65, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 127, 175, 210, 212, 216, 217

### E

Educação 1, 2, 3, 5, 7, 8, 27, 33, 34, 58, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 79, 80, 91, 99, 126, 128, 129, 136, 144, 149, 150, 151, 152, 153, 161, 162, 169, 172, 177, 178, 185, 189, 192, 206, 208, 209, 215, 217, 218, 219, 220

Educação Ambiental 126, 128, 129, 135, 136, 185, 189

Ensino 2, 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 49, 50, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 129, 130, 131, 135, 138, 139, 144, 145, 146, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 214, 216, 217, 218, 219, 220

Estágio Supervisionado 151, 152, 156, 157

Estudos Culturais 100, 102, 103, 105, 219

Experiência 3, 7, 25, 26, 28, 33, 63, 64, 66, 81, 84, 117, 119, 122, 126, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 180, 182, 196, 199, 219, 220

Extensão 144, 149, 212, 219

### F

Formação 33, 151, 152, 219

Formação Docente 150, 151, 152, 157, 158, 159, 160, 161, 219

## G

Globalização 100, 102, 103, 104, 106, 107, 185, 188, 191

Guabijú 35, 36, 37, 39

## H

Hipertermia 40

## I

Inclusão Digital 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8

## M

Memória 9, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 49, 137, 138, 142, 143

Mia Couto 9, 10, 23

Monitoria 11, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177

## P

Pesquisa 6, 8, 25, 32, 33, 34, 38, 39, 44, 49, 56, 57, 99, 111, 123, 125, 131, 135, 136, 138, 141, 150, 152, 154, 155, 161, 162, 165, 170, 171, 172, 173, 177, 178, 179, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 206, 207, 209, 211, 218, 219, 220

Políticas Públicas 1, 2, 4, 7, 165, 215, 219, 220

## Q

Quantificação 35, 37

## R

Reforço Escolar 144, 146, 148, 149

Robótica Educacional 206, 209

## S

Sprachmischung 137, 138, 141, 143

## T

Tecnologias de Informação e Comunicação 1, 2

Tema Conceitual 163, 165

Transtornos de Ansiedade 45, 47, 57

Tutoria 99

# O Ensino Alicerçado em Fundamentos Teórico- Metodológicos

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

 @atenaeditora

 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](http://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# O Ensino Alicerçado em Fundamentos Teórico- Metodológicos

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)